



Gustavo Alberto Rosário Nascimento

Vanusa Cardoso

**REDAÇÃO NOTA 1000 ENEM: ANÁLISE DA
COMPETÊNCIA IV**

Lavras – MG

2021

Gustavo Alberto Rosário Nascimento

Vanusa Cardoso

**REDAÇÃO NOTA 1000 ENEM: ANÁLISE DA
COMPETÊNCIA IV**

Artigo apresentado ao curso de Letras/Português da Universidade Federal de Lavras, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras.

Orientador (a): Valdete Aparecida Borges Andrade

Lavras – MG

2021

Dedicatória:

Dedicamos este artigo a Deus, pois sem Ele nada seria possível, e a nossa família que nos apoiou nesta jornada.

Agradecimento

Nossos mais sinceros agradecimentos à coordenadora do Polo EAD Campo Belo, Risiane Almeida Santos, sem seu apoio não conseguiríamos chegar até aqui. Agradecemos também a nossa orientadora Valdete Aparecida Borges Andrade que com paciência e dedicação nos orientou durante a produção deste artigo.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar como a coesão tem papel fundamental na produção escrita e, conseqüentemente, na comunicação eficaz, para isso analisamos a competência IV da redação do Enem. Ao produzir uma redação, vários fatores são necessários e dentre eles a coesão referencial anafórica que é o tema deste artigo. Mas antes de discutir a coesão referencial anafórica, este artigo traz uma breve consideração sobre a Linguística textual, que a ciência da área da Linguística que estuda o texto. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter explicativo. Optamos por essa metodologia, pois ela nos fornece subsídios para demonstrarmos a importância da coesão referencial anafórica na produção de redações, mais precisamente, nas redações do Enem. Para tanto, tomamos como base obras de Linguistas como Andrade (2020), Antunes (2009), Bentes (2001, 2006), Halliday e Hassan (1976), Koch (1989, 2014, 2020), Marcuschi (2008). Tais Linguistas apresentam conceitos sobre a Linguística Textual, o texto em si e a coesão textual. Para melhor entendimento da análise, apresentamos o conceito de coesão referencial anafórica e discorremos sobre os diversos tipos de coesão textual. Ao analisarmos as cinco redações chegamos a conclusão que a coesão referencial anafórica foi usada no texto de forma adequada e assim chegaram a nota cinco, nota máxima, na competência IV.

Palavras-chave: Coesão. Anafórica. Linguística. Texto. Redação.

Abstract

This research aims to demonstrate how cohesion plays a fundamental role in written production and, consequently, in effective communication, for this we analyze the competence IV of Enem's writing. When producing an essay, several factors are necessary and among them the anaphoric referential cohesion that is the subject of this article. But before discussing anaphoric referential cohesion, this article brings a brief consideration about textual Linguistics, which is the science of Linguistics that studies the text. As methodology we use the qualitative bibliographic research of explanatory character. We opted for this methodology, because it provides us with subsidies to demonstrate the importance of anaphoric referential cohesion in the production of essays, more precisely, in Enem essays. For that, we take as a base works by Linguists such as Andrade (2020), Antunes (2009), Bentes (2001,2006), Halliday and Hassan (1976), Koch (1989, 2014, 2020), Marcuschi (2008). Such Linguists present concepts about Textual Linguistics, the text itself and textual cohesion. For a better understanding of the analysis, we present the concept of anaphoric referential cohesion and discuss the different types of textual cohesion. When analyzing the five essays, we came to the conclusion that anaphoric referential cohesion was used in the text proper and thus reached grade five, maximum grade, in competence IV.

Key words: Cohesion. Anaphoric. Linguistics. Text. Essay

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1. Linguística Textual	10
2.2. Coesão textual.....	13
2.2.1. Anáfora.....	19
3. ANÁLISE DE CORPUS.....	20
4. CONCLUSÃO.....	24
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXOS.....	28

1. INTRODUÇÃO

Escrever bem depende de vários fatores tais como conhecimento sobre o assunto a ser abordado, ter um vasto vocabulário e conseguir transferir para o papel o que se tem em mente de forma coesa e coerente.

Produzir um bom texto pode ser o ponto de partida para se entrar em uma faculdade de excelência. Durante o Ensino Médio, os estudantes se preparam para prestar vestibulares e/ou para a prova do Enem. Mais especificamente na prova do Enem produzir uma boa redação é muito importante, principalmente se levarmos em consideração que produção textual representa a maior nota.

No Enem de 2018 apenas cinquenta e cinco redações obtiveram nota mil enquanto que cento e doze mil quinhentos e cinquenta e nove redações obtiveram nota zero. Essa diferença enorme entre a quantidade de notas mil e as notas zero nos levou a escolher um das cinco competências avaliadas pelos corretores das redações do Enem que é a Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Segundo Menezes (2019, p.1), nesse critério

São avaliados itens relacionados à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta uma sequência coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto por um ou mais períodos também articulados. Cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores.

As relações estabelecidas entre frases, orações e parágrafos são feitas a partir da coesão textual. Convém salientar que existem diferentes tipos de coesão textual: referencial. Sem tais elementos coesivos, o texto se torna um emaranhado de palavras e frases soltas que prejudicam a compreensão e a interpretação do texto.

Segundo Marcuschi (2008), apenas a coesão não é suficiente para que um texto apresente sentido. Sem dúvida, são diversos os fatores que compõem um texto e o fazem apresentar sentido, pois um texto ininteligível não passará de um amontoado de palavras que não se comunicam entre si. A relação entre as partes do texto se dá mais

eficazmente se o autor fizer uso, de maneira correta, dos elementos coesivos. Uma vez que o candidato utiliza adequadamente e de forma diversificada os elementos coesivos na redação do Enem, a nota da competência IV será 5. O *corpus* desta pesquisa é composto por cinco redações nota mil do Enem do ano de 2018, as quais estão disponibilizadas na internet, na página do Ministério da Educação (MEC).

Em nossa análise demonstraremos como coesão referencial anafórica auxilia no sentido global do texto, ou seja, na coerência do texto, uma vez que sem esta o texto pode se tornar maçante e de difícil compreensão, leitura e interpretação. Além disso, verificaremos quais foram os termos usados para retomar o sintagma anterior e se tais termos foram adequadamente aplicados.

Para uma melhor organização deste trabalho, em um primeiro momento, apresentaremos a Fundamentação Teórica, na seção 2.1, com base nos pressupostos teóricos Andrade (2020), Antunes (2009), Bentes (2001, 2006), Halliday e Hassan (1976), Marcuschi (2008). Na seção 2.2, apresentaremos o conceito de coesão textual. Em seguida, no Tópico 3, faremos a análise de *corpus*. Por fim, apresentaremos a conclusão, as referências e, em anexo, as redações analisadas por nós.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Linguística textual

O surgimento da Linguística de Texto não se desenrolou de maneira uniforme. Segundo Marcuschi (*apud* BENTES, 2001), “seu surgimento deu-se de forma independente, em vários países de dentro e de fora da Europa Continental, simultaneamente, e com propostas teóricas diversas”. A Linguística de Texto estuda o que o Estruturalismo havia relegado: o texto, tendo este como objeto de estudo e não mais a palavra ou a frase. A partir daí, os textos passam a ser entendidos como a representação da forma de comunicação básica, fazendo-se necessário que a língua seja compreendida de acordo com o contexto em que se encontra inserida.

A Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico, abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve

considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear: portanto, dos níveis do sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (BENTES, 2001, p. 270)

Mas o que é um texto? Segundo Bentes (2001), não se pode falar do texto como é considerado atualmente sem que se entenda o caminho percorrido durante as fases da Linguística Textual. Durante as fases Transfrástica e Gramática textual, o texto era definido de acordo como seu material linguístico era sistematizado. Havia os enunciados que eram considerados textos e os que não eram considerados textos. Percebe-se que nesta fase o que é importante é o aspecto formal do texto: seu tamanho e seu componente. A expressão “Obrigada”, por exemplo, não poderia ser considerada um texto por ter apenas uma palavra.

Vejamos, a seguir, o percurso realizado pela Linguística Textual até chegarmos a fase em que o texto é não tomado como um texto em si.

A Linguística Textual encontra-se dividida em três fases:

1ª Fase: Transfrástica.

No continente europeu, mais precisamente na década de 1960, surge a Linguística Textual que a princípio preocupou-se em especificar os fenômenos sintáticos-semânticos que ocorriam entre os enunciados. Nesta fase não ocorre, ainda, diferenciação clara entre fenômenos associados à coesão, ou à coerência textual. Os estudos, então, iam da frase para o texto.

2ª Fase Gramática Textual.

No decorrer da década de 1970, havia ainda numerosos estudiosos ligados à gramática estrutural ou, em especial, à gramática gerativa, o que fez com que houvesse um grande interesse na elaboração de “gramáticas de texto”. Convém ressaltar que existem fenômenos linguísticos que não se explicam através das gramáticas de frase, pois um texto não é um aglomerado de sentenças distintas e sim, uma unidade linguística com singularidades estruturais intrínsecas. O texto, nesta fase, ainda é considerado intocável, uniforme e imutável.

3ª Fase Teoria do Texto:

Essa fase tem como objetivo pesquisar a composição, o funcionamento, a elaboração e compreensão dos textos. Estes passam a ser analisados a partir de sua composição pragmática. Nesta fase, passa-se a averiguar não apenas o texto em si, mas o ambiente externo, as condições exteriores a ele, a receptividade e a interpretação do

mesmo. O texto agora é visto como um caminho a ser percorrido e, assim, ele torna-se progressivo.

De acordo com Antunes (2009),

As definições e classificações categóricas, que são possíveis no âmbito da palavra e da frase isoladas, foram dando lugar às dependências enunciativas e contextuais. Nessa perspectiva, as palavras e as frases passaram a ganhar pleno sentido somente na medida em que são vistas como partes de textos, como componentes de discursos, pelos quais as pessoas dizem, agem, participam, tomam posições, se firmam no aqui e no agora de sua existência. (ANTUNES, 2009, p. 50-51)

Ao se levar em conta os processos de produção textual e de recepção dos textos, o texto já não é mais considerado concluído e sim uma produção em processo, atendendo às necessidades comunicativas de seus interlocutores.

Segundo Koch (2014), haverá sempre mais de uma definição para texto. O texto poderia ser considerado um enunciado constituído por signos selecionados pelos falantes, para assim haver entre os mesmos uma compreensão não apenas das palavras ditas isoladamente, mas nelas como um todo, fazendo com que a comunicação se torne completa. Do ponto de vista da autora, um texto é assim constituído

Para que uma manifestação linguística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la – e a dos parceiros de aceitá-la como tal -, em uma situação de comunicação determinada. Pode, inclusive, acontecer que, em certas circunstâncias, se afrouxe ou elimine deliberadamente a coesão e/ ou coerência semântica do texto com o objetivo de produzir efeitos específicos. Aliás, nunca é demais lembrar que a coerência não constitui uma propriedade ou qualidade do texto em si: um texto é coerente para alguém, em dada situação de comunicação específica. [...]. Este alguém, para construir a coerência, deverá levar em conta não só os elementos linguísticos que compõem o texto, mas também seu conhecimento enciclopédico, conhecimentos e imagens mútuas, crenças, convicções, atitudes, pressuposições, intenções explícitas ou veladas, situação comunicativa imediata, contexto sociocultural e assim por diante. (KOCH, 2014, p.30)

Fica evidente que, para a Linguística textual, o texto é a unidade mínima a ser estudada e não apenas as palavras e as frases tomadas isoladamente. O importante é o que se quer expressar através do texto. O texto pode ser assim compreendido:

Qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação (no âmbito de um jogo-de-ação comunicativa), sendo tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocutivo reconhecível. (SCHIMIDT, 1973 *apud* MARCUSCHI, 1983, p. 9).

Como já dito, o texto não se dá pela quantidade de palavras; ele existe para que o enunciador possa expressar seu enunciado. Ele está presente em todas as relações humanas e não é possível haver comunicação sem a presença de textos sejam eles verbais, não verbais ou semióticos.

Após apresentarmos como o texto foi concebido pela Linguística Textual ao longo do processo de constituição dessa área, apresentaremos algumas considerações sobre a coesão textual.

2.2 Coesão textual

A construção de sentidos no texto se dá entre outros mecanismos a partir da coesão e da coerência textuais. De acordo com Koch (2020, p.49), “a coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”. Em outras palavras, é a coerência que torna possível a compreensão da mensagem que o texto quer passar. Já a coesão, segundo essa autora, pode ser considerada como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície do texto encontram-se interligados por através de recursos também linguísticos, estruturando sequências propagadoras de sentido. Pode-se dizer que a coesão é responsável pelo entrelaçamento das ideias dentro do texto.

A coesão, por si só, não é o bastante para fazer com que um texto seja um texto, todavia o uso de elementos coesivos dá ao texto maior adequação de sentido. Fica evidente que, na maior parte dos textos, a coesão é imprescindível para que a coerência aconteça.

Halliday e Hasan (1976 *apud* Koch 1989) destacam cinco mecanismos básicos responsáveis pela coesão textual: referência, substituição, elisão, lexicalização e conjunção. Vejamos a seguir exemplos desses cinco mecanismos:

Coesão por referência é um dos mecanismos de coesão mais usados, devido a ela, evita-se repetições de termos. Exemplo:

- a) **Os alunos do terceiro ano** foram visitar o Museu da Língua Portuguesa. **Eles** foram acompanhados pelos professores da escola.

Ao invés de:

- b) **Os alunos do terceiro ano foram visitar o Museu da Língua Portuguesa. Os alunos do terceiro ano** foram acompanhados pelos professores da escola.

Coesão por substituição: são empregadas palavras e expressões que retomam termos já enunciados através da **anáfora**. Exemplo:

- c) **Os alunos** foram advertidos pelo **mau comportamento**. Caso isso volte a acontecer, **eles** serão suspensos.

Ao invés de:

- d) **Os alunos** foram advertidos pelo **mau comportamento**. Caso o **mau comportamento** volte a acontecer, **os alunos** serão suspensos.

Coesão por elipse: Ocorre por meio da omissão de uma ou mais palavras sem que isso comprometa a clareza de ideias da oração. Exemplo:

- e) **Maria** faz o almoço e ao mesmo tempo **conversa** ao telefone com a amiga.

Ao invés vez de:

- f) **Maria** faz o almoço e ao mesmo tempo **Maria** conversa ao telefone com a amiga.

Coesão por conjunção: Esse tipo de coesão possibilita relações entre os termos do texto através do emprego adequado de conjunções. Exemplo:

- g) **Como** não consegui ingressos, não fui ao show, **contudo**, assisti ao espetáculo pela televisão.

Coesão lexical: ocorre por meio do emprego de sinônimos, pronomes, hipônimos ou heterônimos. Exemplo:

- h) **Machado de Assis** é considerado o maior escritor brasileiro. O carioca nasceu no dia 21 de junho de 1839 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 29 de setembro de 1908. **Gênio maior** de nossas letras foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Segundo Marcuschi (*apud* Koch, 1989, p. 18) os fatores da coesão são “aqueles que dão conta da estruturação do texto, declarando não se tratar de fundamentos

puramente sintáticos e sim da significação dos componentes sintáticos presentes no enunciado, ou seja, mecanismos que possibilitam que se estabeleçam relações de sentido entre os elementos linguísticos presentes. Divergindo de Halliday & Hasan (1976 *apud* Koch 1989,p.18), que acreditam que a coesão é condição fundamental para elaboração do texto, Marcuschi (2008, p.58) acredita que a coesão não é condição necessária, nem suficiente, pois há textos desprovidos de mecanismos coesivos nos quais “a continuidade se dá ao nível do sentido e não ao nível das relações entre os constituintes linguísticos”. No entanto, segundo esse autor, existem textos em que se dá “um sequenciamento coesivo de fatos isolados que permanecem isolados, e com isto não têm condições de formar uma textura.”

Para análise de *corpus*, este artigo tomará como estudo a coesão referencial anafórica, mas antes é importante tratarmos sobre a coesão referencial. Esse tipo de coesão produz um conjunto de conexões ente os vocábulos e as expressões presentes no texto, permitindo, assim, que o leitor possa identificar o termo a que se referem.

A coesão se não é condição suficiente para que se produza um bom texto, com certeza, é condição importante, pois sem a mesma o sentido texto ficará prejudicado. De acordo com Koch (1989, p.20),

São elementos de referência os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação. Aos primeiros denominam pressupostos e aos últimos, pressupostos. Para os autores, a referência pode situacional (exofórica) e textual (endofórica). A referência é exofórica quando a remissão é feita a algum elemento da situação comunicativa, isto é, quando o referente está fora do texto; e é endofórica, quando o referente se acha expresso no próprio texto. Neste caso, se o referente precede o item coesivo, tem-se a anáfora, se vem após ele, tem-se catáfora. (...) A referência, para eles, pode ser: pessoal (feita por meio de pronomes pessoais e possessivos), demonstrativos (realizada por meio de pronomes demonstrativos e advérbios e comparativa efetuada por via indireta, por meio de identidades e similaridades) (KOCH, 1989, p.20).

A referência é endofórica quando o elemento se encontra dentro do texto e exofórica quando o elemento está fora do texto. A referência endofórica pode se dar através da anáfora quando remete a um termo já citado anteriormente, ou através da catáfora quando remete a um termo citado posteriormente.

Marcuschi (2008, p.111) define a coesão endofórica e seus dois subtipos da seguinte forma:

A endófora é um tipo de pronominalização textual e faz referência a entidades recobráveis no ‘interior do texto’. Neste conjunto temos dois subtipos: (I) a anáfora que refere entidades já introduzidas e vem depois das expressões co-referidas (ou não); (II) a catáfora, que refere entidades projetivamente, de modo que sua ocorrência se dá antes da expressão co-referida (ou não). (MARCUSCHI,2008,p.111)

São alguns exemplos de anáforas:

- i) A **aluna** não foi bem na prova. Recriminá-**la** não aumentará a nota. Nesse caso, o pronome oblíquo “**la**” retoma o termo “aluna”.
- j) Os fãs de **Roberto Carlos** aguardavam o final do show para pedirem autógrafos. O **cantor**, ao terminar o show atendeu os fãs. Aqui, o substantivo “**cantor**” retoma e substitui o termo “**Roberto Carlos**”.
- k) Mesmo com toda a violência, o **turismo** no Rio de Janeiro aumenta a cada dia. **Este** ainda garante muito dinheiro aos cofres públicos. — o pronome “este” está retomando “turismo”.

São alguns exemplos de catáforas:

- l) Olhar desesperado que a garota lançou para mim, dizia **isto: Socorro**. Neste caso, o pronome demonstrativo “isto” faz referência ao termo “socorro”.
- m) E lá estava **ela**, ceifando a vida: **a morte**. — O pronome “ela” faz referência catafórica ao termo “a morte”

De acordo com Koch (1989), os elementos da coesão referencial são os artigos, pronomes, elipse, numerais, advérbios, formas verbais, expressões os nominais definidos, nominalizações, expressões sinônimas, nomes genéricos, hiperônimos ou indicadores de classes.

A autora salienta que, geralmente, os artigos indefinidos (um, uma, uns, umas) atuam como catafóricos, e os artigos definidos (o, a, os, as) como anafóricos.

Quanto aos pronomes, Koch (1989, p.15) explica que a: “referência pessoal é feita por meio de pronomes pessoais e possessivos; a demonstrativa é realizada por meio de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar; e a comparativa é efetuada por via indireta, por meio de identidades e similaridades.”

Acerca das formas verbais, Koch (1989, p.36) esclarece que

Algumas formas remissivas livres não referenciais, verbos como fazer, têm sido denominados na literatura especializada de pro-formas verbais. Acontece, porém, que tais formas remissivas não costumam

vir isoladas e sim acompanhadas de uma forma pronominal do tipo: o mesmo, o, isto, assim etc.; além disso, não remetem apenas a um verbo, mas a todo o predicado, isto é, o verbo com seus complementos e adverbiais. Por exemplo: 52. O Presidente resolveu reduzir os gastos da administração pública. Os governadores fizeram o mesmo. 53. Vou atender ao seu pedido. Mas só o faço (faço isso) porque sou seu amigo. (KOCH,1989, p. 36)

A elipse, segundo Halliday e Hasan (1976) seria a substituição por zero, isto é, o termo anterior não seria citado posteriormente, mas não seria substituído por outro.

As normalizações são aquelas que remetem aos verbos e argumentos de uma oração anterior, mas caso não exista no léxico o substantivo derivado de verbo presente na oração anterior, usam-se formas suplementares.

Os pronomes demonstrativos utilizados por meio da anáfora (isto é, ao que precede) estabelece-se uma relação coesiva de referência que nos permite interpretar um item ou toda uma ideia anteriormente expressa no texto, por exemplo, pelos pronomes demonstrativos essa, esse, isso. Vejamos a seguir alguns exemplos:

n) **Como posso amar tanto esse rapaz? Essa pergunta** parece não ter resposta.

[Essa pergunta = como posso amar tanto esse rapaz.]

o) **As mentiras** só trazem desgostos. Foi **isso** que acabou com o amor antes existente. [isso = mentiras]

p) **Angélica** maltrata seus pais. **Essa menina** nunca foi boa pessoa. [Essa menina = Angélica]

Um elemento de referência é catafórico quando sua interpretação depender de algo que se seguir no texto; aqui, ele será representado pelos pronomes demonstrativos esta, este e isto. Exemplos:

q) **Este** foi o último desejo da mãe: que os filhos fossem felizes.

r) Quando encontrei meu amigo disse-lhe **isto**: estava com saudade de você.

A respeito dos Hiperônimos (palavras de sentido genérico indicadores de classes) Koch (1989, p.38) cita os seguintes exemplos:

s) Vimos o carro do ministro aproximar-se. Alguns minutos depois, o veículo estacionava adiante do Palácio do Governo.

t) O professor mandou os alunos desenharem quadrados, retângulos e trapézios. Os quadriláteros encontravam-se empilhados uns sobre os outros na mesa dianteira da sala e os alunos deveriam copiá-los e sombreá-los “ao natural”.

Os advérbios pronominais, segundo Koch (1989, p.33), são formas remissivas do tipo: lá, aí, ali, aqui, onde. Tais formas fazem remissão a grupos nominais dotados, via de regra, do traço semântico [-animado]. Por exemplo: Perto do parque há um pequeno restaurante¹. Lá se reúnem muitos jovens ao entardecer.

As expressões sinônimas são expressões com sentido semelhante ao de expressões usadas anteriormente evitando assim a repetição de palavras. São exemplos do uso de expressões sinônimas segundo Koch (1989, p.38):

- u) A porta se abriu e apareceu uma menina. A garotinha tinha olhos azuis e longos cabelos dourados. Nomes genéricos (ex.: coisa, pessoa, fato, fenômeno)
- v) A multidão ouviu o ruído de um motor. Todos olharam para o alto e viram a coisa se aproximando.

Com relação às formas verbais, Koch (1989, p. 36) assevera que

Algumas formas remissivas livres não referenciais, verbos como fazer, têm sido denominados na literatura especializada de pro-formas verbais. Acontece, porém, que tais formas remissivas não costumam vir isoladas e sim acompanhadas de uma forma pronominal do tipo: o mesmo, o, isto, assim etc.; além disso, não remetem apenas a um verbo, mas a todo o predicado, isto é, o verbo com seus complementos e adverbiais. (KOCH, 1989, p. 36)

Os mecanismos coesivos têm como finalidade fazer com que a interpretação do texto se faça de maneira eficaz e coerente. Se eles forem usados de maneira errônea isso faz com o sentido do texto fique comprometido. Em outras palavras, cada mecanismo de coesão tem uma função e deve ser usado de acordo com a mesma. Segundo Koch (1989, p.77), “por essa razão, o uso inadequado dos elementos coesivos pode dificultar a compreensão do texto, pois cada um deles possui função específica e caso sejam usados sem se ater a tais funções, comprometerão o sentido do texto.”

Faz-se necessário ressaltar que nem sempre a coesão referencial se dá sem incorrer na ambiguidade, quando no texto aparecer mais de um referente. Tal situação pode fazer com que o leitor não entenda a qual referente o mecanismo de coesão se refere. Assim Koch (1989, p.39) explica:

Como se pôde verificar ao longo deste capítulo, a referência ou remissão, nem sempre se estabelece sem ambiguidade. Havendo, no co-texto, dois ou mais referentes potenciais para uma forma remissiva, a decisão do leitor/ouvinte terá de se basear nas predicções feitas sobre elas, levando em conta todo o universo textual em que estão

inseridas. Cabe, pois, ao produtor do texto evitar, sempre que possível, a ambiguidade potencial de referência. (KOCH, 1989, p. 39)

Ou seja, os mecanismos de coesão devem ser usados no texto atentando para sua função e significação, evitando assim que se apresente um sentido duplo, o que prejudica a compreensão clara e correta do mesmo.

2.2.1 Anáfora

Na noção restrita conhecida com clássica, a anáfora designava uma expressão empregada para apontar quando houvesse uma repetição de uma palavra no texto, mas atualmente a compreensão da anáfora não é limitada apenas à retomada de uma palavra ou expressão presente no texto por outra, esse conceito se amplia ao se analisar que um termo anafórico pode reporta-se a um termo que pode estar ou não visível no texto. De acordo com Nóbrega (2010), a anáfora na concepção clássica pode ser entendida:

Em linhas gerais, podemos dizer que a concepção clássica de anáfora sustenta que um termo é anafórico quando remete para um referente identificado no cotexto. Portanto, faz sempre uma ligação direta entre o elemento anafórico e seu referente. Essa visão defende também que a relação anafórica dá-se por um processo de substituição pronominal ou lexical, desde que o elemento referido esteja presente no cotexto. (NÓBREGA, 2010, p.33)

Já Koch e Marcuschi (1998, *apud* Nóbrega, 2010), ao discutirem os processos referenciais, no que se refere a textos orais, alegam que “retomadas anafóricas nem sempre designam uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico”. Assim sendo, entende-se que as anáforas são de relevante importância na continuidade textual. Ainda que não retomem um referente explícito no corpo do texto, elas estabelecem sentidos por meio de relações associativas ou inferenciais estabelecidas no texto.

De acordo com Nóbrega (2010), Koch e Marcuschi classificam os seguintes tipos de anáforas:

Por correferência: ocorre com a retomada total de um referente por uma expressão nominal ou por pronome. Observe o exemplo elaborado por nós:

w) Maria gosta muito de ler, ela já leu mais de cem livros.

O pronome ela se refere a Maria, logo tem-se um caso de anáfora correferencial.

Por recategorização: quando o elemento anafórico acrescenta informações a um referente já introduzido ou inferível a partir do contexto. Observe o exemplo elaborado por nós:

x) **As alegrias e tristezas** fazem parte da vida, **sentimentos** inevitáveis.

O termo anafórico “**sentimentos**” identifica os referentes “**Alegrias e tristezas**”, porém de uma forma generalizada.

Por associação: é quando o elemento anafórico introduz uma entidade nova para o discurso, mas não retoma o referente introduzido previamente, embora remeta a um elemento-fonte no contexto, observe o exemplo elaborado por nós.

y) **A festa** estava ótima. **A banda** era muito animada.

Pode-se observar, nesse caso, que a associação ao termo “**festa**” é o que justifica a anáfora por associação expressa pela palavra “**banda**”.

Por inferência: quando não existe a retomada direta de um referente; o antecedente está implícito.

z) **A aluna** recebeu o caderno de prova, **agitada** deixou a caneta cair.

Pode se observar que o termo “**agitada**” retoma indiretamente o termo “**a aluna**”, para fazer tal associação o leitor deve ter informações que não se encontram explícitas no enunciado.

Por meio de uma visão abrangente, a anáfora não é apenas a retomada de um termo anterior por um posterior, mas sim, um processo que abrange conjuntamente a retomada e a inserção de novos referentes, cuja interpretação se dará ao se associar o termo ou expressão anafórica a algum elemento presente no texto.

Na próxima seção, faremos a análise da utilização da coesão anafórica em cinco redações do Enem, disponibilizadas na internet, no ano de 2018.

3. ANÁLISE DE CORPUS

Como dissemos, nosso *corpus* foi constituído por cinco redações do Enem do ano de 2018, que obtiveram nota 1.000. O tema da redação de 2018 foi: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”.

Em nossa análise o que nos interessou foi a Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da

argumentação. Nesse critério, a redação é avaliada com notas que variam de 0 a 5 pontos.

A seguir, de forma sintética, apresentamos os critérios utilizados para realizar essa avaliação:

Nota 0: ausência de articulação.

Nota 1: Presença rara de elementos coesivos

Nota 2: Presença pontual de elementos coesivos

Nota 3: Presença regular de elementos coesivos

Nota 4: Presença constante de elementos coesivos

Nota 5: presença expressiva de elementos coesivos entre e dentro dos parágrafos.

Convém ressaltar que, para que o candidato receba nota 1.000 na redação do Enem, ele deve obter nota 5, não apenas na Competência IV, mas também nas demais Competências.

Em nossas análises, verificaremos como a coesão referencial anafórica foi utilizada, objetivando mostrar que, ao fazer o uso correto desses elementos, o texto se torna, em grande parte, coerente e coeso.

Destacamos, nos trechos das cinco redações, em negrito, os elementos linguísticos, que fazem a retomada de termos ou de expressões e como esses elementos foram utilizados.

Redação 1: CAROLINA MENDES PEREIRA

(1) Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a **quantidade de informações** disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa **abundância** vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários.

Nesse trecho a coesão anafórica se dá pela substituição do termo “**a quantidade de informações**” por “**essa abundância**”. O termo anafórico foi muito bem escolhido.

(2) Acerca disso, é pertinente trazer o **discurso** do **filósofo Jürgen Habermas**, **no qual ele** conceitua **a ação comunicativa**: **esta** consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia.

Nesse trecho, destacamos três ocorrências de coesão anafórica. A palavra “discurso” é retomada pelo pronome relativo “no qual”. o termo “Filósofo Jürgen Habermas” é retomado pelo pronome pessoal “ele”. Se considerarmos a gramática tradicional, o pronome demonstrativo “esta” foi usado de forma inadequada, pois a retomada de um termo já mencionado (**ação comunicativa**), para essa gramática, deveria ser feita pelo pronome demonstrativo essa.

Redação 2: MATTHEUS MARTINS WENGENROTH CARDOSO

(3) Segundo o pensador Thomas Hobbes, o **Estado é responsável por garantir o bem-estar da população**, entretanto, **isso** não ocorre no Brasil.

Nesse trecho (3), a coesão tem como se dá pela substituição da do sintagma oracional pelo pronome demonstrativo “isso”. Neste caso o leitor tem que interpretar a citação de Thomas Hobbes para que entenda que no Brasil o Estado não garante o bem-estar da população.

Redação 3: LUISA SOUSA LIMA LEITE

(4) **A Revolução Técnico-científico-informacional**, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora **esse movimento de modernização tecnológica** tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, **tal processo** foi acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia.

No trecho (4) ocorre a retomada do referente: “**A Revolução Técnico-científico-informacional**” por duas expressões: “**esse movimento de modernização tecnológica e tal processo**”.

(5) Tendo em vista que os servidores de redes sociais como “Facebook” e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a **identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo**. Em posse **dessa informação**, as empresas de tecnologia podem privilegiar a **veiculação de notícias**, inclusive **daquelas** de procedência não confirmada, com o fito de reforçar **as posições políticas do usuário**, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia.

Nesse trecho (5) a expressão “**dessa informação**” retoma expressão “**identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo**”. Já a

combinação da preposição de mais o pronome demonstrativo aquelas, “**daquelas**”, retomam a expressão “**veiculação de notícias**”. O pronome oblíquo “**las**” retoma a expressão “**as posições políticas do usuário**”.

Redação (4): JULIA PAULA CELEM

(6) Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a **ascensão do papel da internet** no cotidiano social. Entretanto, **tal avanço** não é apenas benéfico, de modo que a popularidade existente no uso das **redes virtuais** possibilitou seu aproveitamento malicioso para que **ela** atue como um meio influenciador de comportamentos.”

Nesse trecho (6), observa-se que o uso do pronome demonstrativo, “**tal**” seguido da palavra “**avanço**”, substitui a expressão “**a ascensão do papel da internet**”, nota-se que tal substituição foi bem sucedida, trazendo ao texto sentido e elegância.

Ainda no trecho (6) próximo caso de coesão anafórica é o uso do pronome pessoal “**ela**” que retoma o termo “**redes virtuais**”. Observa-se que o pronome deveria estar no plural, pois ele é empregado para retomar um termo que está flexionado no plural. Aqui vale ressaltar que, para que a coesão anafórica cumpra seu papel com excelência, deveria concordar com a expressão a qual remete, o que não ocorreu neste caso.

(7) Assim, com o aumento abrupto do uso das redes virtuais, diversas organizações usufruem desse poder em prol de atingir sua causa com a imposição de **informações selecionadas** as quais limitam a escolha do usuário. **Essa seleção** permite que empresas comerciais, por exemplo, atraiam um mercado consumidor maior e ampliem suas vendas ao restringir as opções de compra ao perfil do indivíduo, que, em vez de escolher, apenas obedece ao sistema.

No trecho (7), a expressão “**Essa seleção**” vem retomar o termo “**informações selecionadas**”, neste caso, apesar da locução a que se refere, a expressão “**Essa seleção**” fica no singular e está empregada corretamente, pois o vocábulo seleção indica um conjunto de informações que foram selecionadas. A escolha do termo para fazer a remissão de um termo antecedente foi muito bem selecionada. Sendo assim a coesão anafórica cumpriu seu papel de forma correta.

Redação (5): NATÁLIA CRISTINA PATRÍCIO DA SILVA

(8) Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do **internauta**, baseado em publicações feitas por **este**, o sistema reorganiza as informações que chegam até **ele**, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do **usuário**.

No trecho (8) o sintagma nominal “**internauta**” foi retomado três vezes. Na primeira vez, o pronome demonstrativo “**este**” retomou o termo “**internauta**”. Se considerarmos a gramática tradicional, o pronome demonstrativo **este** foi usado de forma inadequada, pois a retomada de um termo já mencionado (**internauta**), para essa gramática, deveria ser feita pelo pronome demonstrativo **esse**. A seguir o pronome pessoal “**ele**” retoma o sintagma nominal “**internauta**”. O termo “**usuário**” vem retomar o sintagma nominal “**internauta**”.

(9)... – com o intuito de minimizar o compartilhamento de **informações falsas** e o impacto **destas** na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

No trecho (9) a expressão “**informações falsas**” é retomada pela combinação da preposição **de** com o pronome demonstrativo **estas**: “**destas**”. Se considerarmos a gramática tradicional, o termo “**destas**” foi empregado inadequadamente, pois a retomada de um termo já mencionado (**informações falsas**), para essa gramática deveria ser feita pelo termo “**dessas**”.

Nos trechos analisados, observamos que os elementos coesivos mais usados foram os pronomes e os substantivos sinônimos dos referentes. Notamos que em trechos de duas redações os pronomes demonstrativos (**esta**, **este** e **destas**), que são elementos de referência catafórica, foram usados no lugar dos pronomes demonstrativos (**essa**, **esse**, **dessas**) que são elementos de referência anafórica. Tal ocorrência, apesar de estar em desacordo com a gramática tradicional, não prejudicou o sentido do texto.

As cinco redações foram muito bem redigidas e a coesão referencial anafórica fez com que os textos se apresentassem coesos e coerentes.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho abordamos a Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, da redação do

Enem. Nessa competência, a coesão é um dos fatores analisados pelos corretores da redação. Então, decidimos analisar a coesão referencial anafórica em cinco redações do Enem de 2018 que obtiveram nota 1000, observando se os elementos coesivos foram corretamente usados e se isso contribuiu para que o texto se tonasse coeso e coerente. Sabemos que apenas a coesão não é o único fator que contribui para a coerência de um texto, por esse motivo optamos pela análise de redações que obtiveram nota máxima nos cinco critérios.

Observamos que as cinco redações apresentaram a coesão referencial anafórica e esta foi muito bem aplicada, o que contribuiu para a clareza e coerência nas redações. Apenas no caso de alguns pronomes demonstrativos, as redações apresentaram certo desvio se levarmos em consideração a gramática tradicional. Os pronomes demonstrativos (este, estas, destes) que são elementos usados para a coesão referencial catafórica foram usados no lugar de pronomes demonstrativos (esse, essas, desses) que são elementos usados para a coesão referencial anafórica. Cabe ressaltar que tal ocorrência não prejudicou o sentido dos textos.

Acreditamos que nosso objetivo foi alcançado, pois mostramos, mesmo que de forma sucinta, em nossa análise das cinco redações Nota 1.000, do Enem de 2018, que a coesão referencial anafórica foi essencial para que as redações obtivessem nota máxima.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V.A.B. **Modalização em artigos científicos na área da Linguística**. 2010. 150 f.. Dissertação (Mestrado em Linguística Textual) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

ANDRADE, V.A.B. **STAND UP: CARACTERIZAÇÃO DE UM GÊNERO ORAL SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)**. Disponível em :
<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19896/1/StandupCaracteriza%C3%A7%C3%A3oGenero.pdf>> Acesso em : 10 mai. 2021.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

BENTES, A. C. **Linguística Textual**. São Paulo: Cortez, 2001.

BENTES, A.C.. **Linguística Textual**. In: MUSSALIM, Fernanda; **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 245-287.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Contexto, 2020.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MENEZES, D. **Conheça as cinco competências cobradas na redação do Enem**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/81381-conheca-as-cinco-competencias-cobradas-na-redacao-do-enem>> Acesso em: 05 abr.2021

NÓBREGA, C.M.P.S. **Anáfora Pronominal e lexical**: Estudo no contexto da produção textual de 9º ano do ensino fundamental. Disponível em : <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1064/Anafora%20pronominal%20e%20repeticao%20lexical%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 05 abr. 2021

OLIVEIRA, M.F. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**: um manual para realização de pesquisas em administração. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em 10 mai.2021.

PEREZ, Luana C. Alves. **Hiperônimos e hipônimos**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/hiponimos-hiperonimos.htm>>. Acesso em 20 out. 2020.

PEREZ, L. C. A. **Tipos de coesão**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/tipos-coesao.htm>>. Acesso em 22 out. 2020.
Redação Nota Mil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaolink4.pdf>>. Acesso em: 5 mar.2021

RINALDE, R. **Entenda o que são e para que servem anáfora e catáfora**. Imaginie Blog, 2019. Disponível em: <<https://blog.imagineie.com.br/anafora-e-catafora-na-redacao/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

ROCHA, G. Moreno, A.C. **Enem 2018**: número de redações nota mil volta a crescer, e cai o número de notas zero. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/enem/noticia/2019/01/18/enem-2018-numero-de-redacoes-nota-mil-volta-a-crescer-e-cai-o-numero-de-notas-zero.ghtml>> Acesso em: 06 abr.2021.

SILVA, C.D; SANTOS, L.P.A. **Coesão textual em artigos científicos**. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo%20Coes%C3%A3o%20textual%20em%20artigos%20cient%C3%ADficos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo%20Coes%C3%A3o%20textual%20em%20artigos%20cient%C3%ADficos%20(1).pdf)> Acesso em: 15 set. 2020.

STEFFLER, J.C.B. **A coesão textual em artigos de opinião da CNBB**: um estudo sobre a função do conectivo causal e suas implicaturas argumentativas. Disponível em <<http://www.revlet.com.br/artigos/362>> Acesso em: 15 set. 2020.

ANEXOS

Redação 1: CAROLINA MENDES PEREIRA

Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento. Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia. Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum – já que suas fontes de informação estão direcionadas –, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal. Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livrearbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir. Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental – uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias –, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras com profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaolink1.pdf>

Acesso em: 05 abr. 2021

Redação 2: MATTHEUS MARTINS WENGENROTH CARDOSO

O advento da internet possibilitou um avanço das formas de comunicação e permitiu um maior acesso à informação. No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema. Apesar dos esforços para coibir essa prática, o combate à manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio. Podese dizer, então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes. Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas. Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha é ameaçado. Outrossim, a busca pelo ganho pessoal acima de tudo também pode ser apontado como responsável pelo problema. De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Ao vender dados particulares e manipular o comportamento de usuários, empresas invadem a privacidade dos indivíduos e ferem importantes direitos da população em nome de interesse individuais. Desse modo, a união da sociedade é essencial para garantir o bem-estar coletivo e combater o controle de dados e a manipulação do comportamento no meio digital. Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil. Sendo assim, o Governo Federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que proíbam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada. Além disso, a sociedade, como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários sintam-se pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática. Afinal, conforme afirmou Rousseau: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaolink2.pdf>

Acesso em: 05 abr. 2021

Redação 3: LUISA SOUSA LIMA LEITE

A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo foi acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou a aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil. A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade

como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vista, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com o perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação. Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como “Facebook“ e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede. Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. Essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaolink3.pdf>

Acesso em: 05 abr. 2021

Redação 4: JULIA PAULA CELEM

Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a ascensão do papel da internet no cotidiano social. Entretanto, tal avanço não é apenas benéfico, de modo que a popularidade existente no uso das redes virtuais possibilitou seu aproveitamento malicioso para que ela atue como um meio influenciador de comportamentos. Nesse contexto, configura-se um quadro alarmante correlacionado ao potencial de manipulação do usuário por meio do controle dos dados expostos a ele, o que decorre de interesses organizacionais e gera um processo de alienação social. Em um primeiro plano, é imperioso ressaltar que a busca por adesão a um interesse financeiro ou ideológico intensifica o controle da internet como um formador comportamental. De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião. Assim, com o aumento abrupto do uso das redes virtuais, diversas organizações usufruem desse poder em prol de atingir sua causa com a imposição de informações selecionadas as quais limitam a escolha do usuário. Essa seleção permite que empresas comerciais, por exemplo, atraiam um mercado consumidor maior e ampliem suas vendas ao restringir as opções de compra ao perfil do indivíduo, que, em vez de escolher, apenas obedece ao sistema. Ademais, governos autoritários também se aproveitam do potencial manipulador

para permitir que somente notícias favoráveis a sua ideologia possam ser acessadas pelos seus cidadãos, o que evita rebeliões. Depreende-se, pois, a privação da liberdade pessoal pelo direcionamento de comportamentos no meio digital. Sob outro prisma, é válido analisar que o controle de dados na internet fomenta a alienação da sociedade. Essa problemática ocorre porque, quando conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados são a maior parte das informações acessíveis ao público, este passa a reproduzir os comportamentos esperados pelos órgãos manipuladores e influencia as pessoas ao seu redor por apresentar tais fatos como verdades, o que gera um estado de desinformação. Nesse viés, percebe-se que a seleção informacional como um meio alienante antecede a internet, de modo a ser visto, por exemplo, no período ditatorial do Brasil, que, ao censurar notícias negativas sobre o panorama do país, criou a ideia de uma nação livre de problemas sociais, econômicos e de segurança. Infere-se, então, que o uso maléfico da internet na moldagem de opiniões por meio de ações controladoras propicia uma redução na capacidade de senso crítico da comunidade. Torna-se evidente, portanto, a complexa situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual. Para amenizar o quadro, cabe ao Poder Legislativo reformular o Marco Civil, que é responsável por regularizar o uso do meio digital. Essa medida deverá ocorrer por intermédio da inclusão de uma cláusula a qual irá reforçar os limites no controle dos conteúdos expostos, de forma a ampliar o espectro de escolhas do usuário. Tal ação objetiva impedir que a internet seja utilizada para a moldagem de comportamentos.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaoink4.pdf>

Acesso em: 05 abr.2021

Redação 5: NATÁLIA CRISTINA PATRÍCIO DA SILVA

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários. Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado. Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar

objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização. Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/outubro/24.10.2019redacaoink5.pdf>

Acesso em: 05 abr.2021.